

Nome: _____	
Doc. Identificação: _____	
B. I: _____	Cartão Cidadão: _____
Passaporte: _____	
N.º Membro Estagiário/Processo: _____	
O Juri: _____	

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente e escrever a outra que considera correta. No verso da folha de respostas, deverá ainda identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correta.

- Leia atentamente as questões. Depois, assinala com um "X" a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,1 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova de exame (A, B ou C). A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas no Estatuto em vigor nesta data.

Leia com atenção as seguintes instruções:

PARTE II – Duração: 2 horas

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	-----------------	----------



[Handwritten signature]

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
--	-----------------	----------

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Os juros de suprimentos pagos por uma sociedade por quotas portuguesa a uma pessoa singular residente em Portugal:

- a) São tributados a uma taxa libertatória.
- b) São tributados a uma taxa libertatória, com opção pelo englobamento.
- c) Ficam obrigatoriamente sujeitos a englobamento.
- d) Só ficam obrigatoriamente sujeitos a englobamento se ultrapassarem uma dada taxa.

Questão 27.:

Os rendimentos prediais auferidos por pessoas singulares:

- a) Estão sujeitos a um englobamento obrigatório.
- b) Nunca podem ficar sujeitos a englobamento.
- c) Estão sujeitos a uma taxa libertatória de 28%.
- d) Estão sujeitos a uma taxa especial de 28%.

Questão 28.:

O rendimento decorrente da venda de um crédito por parte de uma pessoa singular integra-se:

- a) Na categoria G, como mais-valia.
- b) Nas categorias E ou G.
- c) Na categoria E.
- d) Na categoria G.

Questão 29.:

Não são aceites como gastos, independentemente do modo como forem calculadas:

- a) Perdas por imparidade em investimentos financeiros.
- b) Perdas por imparidade em créditos sobre clientes.
- c) Provisões para garantias a clientes.
- d) Perdas por imparidade em inventários.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	-----------------	----------

São fiscalmente aceites depreciações calculadas com base no método das quotas decrescentes relativamente a:

- a) Ativos intangíveis.
 b) Viaturas pesadas, sejam de passageiros, sejam de mercadorias.
 c) Viaturas ligeiras de passageiros, adquiridas em estado de uso.
 d) Viaturas ligeiras de passageiros, adquiridas novas.

Questão 31.:

Uma sociedade adquiriu em 2005, por € 40.000,00, uma máquina cuja taxa máxima de depreciação prevista para efeitos fiscais é de 25%.
 Optou por depreciar integralmente essa máquina entre os exercícios de 2005 e 2014, a uma taxa anual de 10%.

Face a esse procedimento:

- a) Não foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por ter utilizado taxas inferiores às máximas.
 b) Não foram aceites como gastos as depreciações de 2013 e 2014.
 c) Não foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por não obedecerem à lei.
 d) Foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por ter utilizado taxas inferiores às máximas.

Questão 32.:

A Sociedade Jota, Lda. apurou os seguintes resultados fiscais nos períodos indicados:

n	(€ 100.000,00)
n+1	(€ 30.000,00)
n+2	€ 60.000,00
n+3	€ 80.000,00

Os valores entre parêntesis significam prejuízos fiscais.

Supondo aplicáveis em relação a todos os períodos em causa as regras atualmente vigentes no domínio da dedução de prejuízos fiscais, os prejuízos fiscais disponíveis para dedução ao lucro tributável que venha a ser apurado no período n+4 serão de:

- a) € 32.000,00.
 b) € 42.000,00.
 c) Zero.
 d) € 10.000,00.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	-----------------	----------



[Handwritten signature]

Questão 33.:

A mensuração da produção em vias ou curso de fabrico numa empresa industrial possibilita à contabilidade analítica:

- a) Mensurar diretamente o custo dos produtos vendidos.
- b) Imputar os gastos administrativos aos produtos acabados.
- c) Determinar o saldo final da conta de fabricação.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 34.:

Diga qual das afirmações está correta:

- a) O custo industrial unitário dos produtos acabados é igual ou diferente do custo industrial unitário dos produtos vendidos dependendo do sistema de custeio das saídas utilizado, independentemente de haver um ou mais lotes entrados em armazém de produtos acabados.
- b) O custo industrial unitário dos produtos acabados é igual ou diferente do custo industrial unitário dos produtos vendidos dependendo do sistema de custeio das saídas utilizado no caso de haver mais de um lote entrado em armazém de produtos acabados.
- c) O custo industrial unitário dos produtos acabados é sempre igual ao custo industrial unitário dos produtos vendidos.
- d) O custo industrial unitário dos produtos acabados é sempre diferente do custo industrial unitário dos produtos vendidos.

Questão 35.:

No mês de Setembro do ano N a empresa Metal, Lda., lançou em produção a ordem de fabrico 321XYZ. No mês foram requisitados ao armazém 80 m² de chapa de zinco a 26€ cada chapa de 2 m², 450 m de perfil A a 6€ cada e 1.600 kgs. do material X a 375€/tonelada. Por outro lado, foram aplicadas 180 horas de operação de 1ª a 10€/hora e 150 horas de operação de 2ª que custa 80% do operação de 1ª. A empresa imputa os gastos gerais de fabrico com base numa quota teórica de 10€ por cada hora de mão de obra direta. Sabendo que no final do período o valor da conta de gastos gerais de fabricação foi de 3.500€, então o custo de produção da ordem de fabrico 321XYZ e o saldo da conta de Gastos Gerais de Fabrico devem ter sido respetivamente:

- a) 10.640€ e 200€ credor.
- b) 10.640€ e 200€ devedor.
- c) 10.460€ e 200€ devedor.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 36.:

Exame de Avaliação Profissional
(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º
do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

03 outubro 2015

VERSÃO C

OFICIAIS e TÉCNICOS

OTOC



[Handwritten signature]

A Química, SA, produz, em regime de produção conjunta, os produtos Alfa e Beta, o subproduto S e um resíduo R. Toda a produção de S é vendida a uma determinada empresa ao preço de 5€/unidade, sendo o transporte de conta do comprador e assegurado por uma empresa que fatura a 3€/unidade. O resíduo R é obrigatoriamente destruído e os custos de destruição ascendem a 2.000€/tonelada.

Em certo período, os gastos de conversão e de matérias e outros materiais diretos até ao ponto de separação somaram 502.500€, mas a empresa teve ainda de suportar mais 60.000€ e 280.000€ para acabar e embalar os produtos Alfa e Beta, respetivamente.

No mesmo período, a produção de Alfa foi de 5.000 unidades, 8.000 unidades de Beta, 1.000 unidades de S e a empresa teve que destruir 1.250 kgs. do resíduo R. *Handwritten: unidades de Alfa e 7.500 toneladas de Beta*
A empresa vendeu 4.000 toneladas de Alfa e 7.500 toneladas de Beta aos preços unitários de 60€ e 80€ respetivamente.

Sabendo que a empresa reparte os custos conjuntos pelos produtos principais em função do valor de venda relativo no ponto de separação e mensura o subproduto pelo lucro nulo, os custos unitários de Alfa e de Beta no período foram, respetivamente:

- a) 52,00€ e 72,50€.
- b) 50,00€ e 75,00€.
- c) 52,50€ e 72,50€.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 37.:

A referida empresa Química, Lda, tem a fábrica estruturada em secções principais e auxiliares, incluindo uma secção de Manutenção (unidade de obra – hora homem) que apoia as restantes secções e uma de Gastos Comuns da Fábrica. Os gastos desta última são repartidos pelas restantes secções em função dos gastos diretos, cabendo à secção auxiliar de Manutenção 8%.

Em certo período a secção Manutenção teve de gastos diretos 10.725€ e trabalhou 450 horas homem das quais 20 foram aplicadas na reparação de uma carrinha da secção Gastos Comuns da Fábrica. Esta última secção teve 104.150€ de gastos diretos.

No mesmo período o custo unitário de cada hora homem de Manutenção foi de:

- a) 42,50€.
- b) 38,00€.
- c) 40,00€.
- d) 45,00€.

Questão 38.:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
--	------------------------	-----------------

OTOC
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas



[Handwritten signature]

Certa empresa industrial dispõe do departamento fabril Beta onde fabrica o produto X a partir da transformação de matérias primas e materiais diretos.

No período N deram entrada em armazém vindas de Beta 8.000 unidades do produto X e ficaram nas máquinas de Beta 80 unidades às quais faltava incorporar 40% dos gastos de conversão.

No mesmo período o departamento Beta elaborou requisições ao armazém de matérias e materiais no montante de 290.880€ e teve gastos de conversão ou transformação no total de 305.824€.

O saldo no final do período da conta de Produção – Produto X foi:

- a) 4.670€ devedor.
- b) 4.704€ devedor.
- c) 4.760€ credor.
- d) Nenhuma das anteriores.

- Questão 40.:**
- A gerência da sociedade Tudocostrói, Lda, participou a ocorrência de um furto de materiais de construção dos estaleiros de uma obra que tem em curso e que avaliou em 5.000 €. A seguradora, após vistoria, mostrou-se disposta a pagar indenização de 3.800 €. Uma vez aceite a proposta da seguradora e assinada a documentação vinculativa, a Tudocostrói, Lda, deverá, relativamente à indenização acordada, efetuar a seguinte contabilização:
- a) Debitar 278 – Outras contas a receber e a pagar – Outros devedores e credores por 3.800 € e creditar 7841 – Outros rendimentos e ganhos – Sinistros por 3.800 € e creditar 7841 – Outros gastos e perdas – Sinistros por igual montante.
- b) Debitar 12 – Depósitos à ordem por 3.800 € e creditar 6841 – Outros gastos e perdas – Perdas em inventários – Sinistros por igual montante.
- c) Debitar 6841 – Outros gastos e perdas – Perdas em inventários – Sinistros por 5.000 € e creditar 278 – Outras contas a receber e a pagar – Outros devedores e credores por igual montante.
- d) Debitar 12 – Depósitos à ordem por 3.800 € e creditar 7841 – Outros rendimentos e ganhos – Sinistros por 3.800 € e creditar 7841 – Outros gastos e perdas – Sinistros por igual montante.

- Questão 39.:**
- Uma entidade deve reconhecer um ativo biológico quando, e somente quando:
- a) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados, seja provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade, e a mensuração desse ativo possa ser feita com base no seu custo quando o pressuposto da existência do justo valor seja refutado.
- b) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados, seja provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade, e a mensuração desse ativo seja feita com base no justo valor.
- c) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados e seja provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade.
- d) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados e o justo valor possa ser fiavelmente mensurado.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
 A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 46, A SEGUIR APRESENTADAS,
 DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
--	-----------------	----------

OTOC
 ORDENAMENTO TÉCNICO
 OFICIAIS DE CONTAS



[Handwritten signature]

Na demonstração dos fluxos de caixa da empresa Alfa, desse período N:

a) O total dos fluxos das atividades operacionais é 7.000 € e o total dos fluxos das atividades de financiamento é (1.000 €).

b) O total dos fluxos das atividades de financiamento é (5.000 €) e o total dos fluxos das atividades de investimento é (4.500 €)

c) O total dos fluxos das atividades operacionais é 15.000 € e o total dos fluxos das atividades de investimento é 4.500 €.

d) O total dos fluxos das atividades operacionais é 7.000 € e o total dos fluxos das atividades de investimento é 4.500 €.

- Pagamento a fornecedores de matéria-primas 20.000 €

- Entradas de capital (em dinheiro) realizadas pelos sócios 2.000 €

- Pagamento do valor de aquisição de um equipamento fabril ... 5.000 €

- Cobrança de dívidas de clientes 35.000 €

- Reembolso de empréstimo bancário 3.000 €

- Pagamento de salários 8.000 €

- Recebimento de alienação de máquina fabril 500 €

Com base na seguinte lista de pagamentos e recebimentos da empresa Alfa, relativos ao período N:

Questão 42.:

- a) 25%.
- b) 33,9%.
- c) 37,5%.
- d) 60%.

Sabendo que a empresa adota o método de custo das saídas que gera um menor valor do custo das vendas, a margem bruta percentual calculada sobre o volume de vendas foi de:

Quantidade	1.000	2,50 €
inventário inicial	1.000	2,50 €
Venda	800	4,50 €
Compra	1.500	3,00 €
Venda	1.200	4,50 €
Compra	1.000	3,50 €
Venda	1.000	5,00 €

Durante o mês, a empresa Altamente, Lda, efetuou sucessivamente as seguintes operações com a mercadoria M:

Questão 41.:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
--	-----------------	----------

OTOC
ORDENAMENTO TÉCNICO
OFICIAIS DE CONTAS



[Handwritten signature]

Questão 43.:

A sociedade GAMMA possui um terreno que adquiriu há 10 anos por 300.000 €. Pretende utilizar o modelo de revalorização constante de NCRF aplicável. Para o efeito determinou o justo valor do terreno em dezembro de N, recorrendo a avaliações efetuadas pelo TOC (450.000 €), e pela gerência (500.000 €).

No balanço em 31 de dezembro de N e em resultado de tal avaliação, a empresa deverá:

- a) Reconhecer um excedente de revalorização de 175.000 €.
- b) Não reconhecer qualquer excedente de revalorização.
- c) Reconhecer um excedente de revalorização de 150.000 €.
- d) Reconhecer um excedente de revalorização de 200.000 €.

Questão 44.:

A sociedade XYZ efetuou um investimento no valor global de 240.500 €, que consistiu na aquisição de lote de terreno onde está implantado um edifício cujo recheio continha diversos equipamentos. Posteriormente à compra, a sociedade solicitou uma avaliação a peritos independentes que fixaram os seguintes valores de mercado: terreno: 65.000 €, edifício: 160.000 €; e equipamentos: 35.000 €.

No registo da aquisição, os equipamentos deverão figurar nas contas da empresa por:

- a) 15.500 €.
- b) 32.375 €.
- c) 35.000 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 45.:

No final do ano N foram determinados os *cash flows* futuros esperados do uso de um determinado equipamento da sociedade X, cujo montante foi de 7.500 €. Sabe-se que o justo valor do referido equipamento é de 7.000 €, na mesma data.

Sabendo que o custo de aquisição foi de 35.000 € e que a depreciação acumulada é de 25.000 €, no final do ano N, no balanço dessa data, o equipamento em causa deverá figurar por uma quantia escriturada de :

- a) 7.000 €.
- b) 7.500 €.
- c) 10.000 €.
- d) Nenhuma das anteriores.



Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	-----------------	----------

- a) 225.800 €.
b) 219.500 €.
c) 275.800 €.
d) 269.500 €.

NCRF 25, fol.

Assim, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014, tendo por base a 2014 e que a taxa prevista de IRC para 2015 é de 21 %.

Supondo que o lucro tributável se cifrou em 350.000 €, que a taxa de IRC foi de 23 % para

- multas – 20.000 € e
- perdas por imparidade em investimentos financeiros – 30.000 €.

A empresa ABC, S.A. apresentou um resultado antes de imposto de 300.000 € em 31 de dezembro de 2014. Este resultado incluía dois tipos de gastos não aceites fiscalmente:

Questão 46.:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
--	------------------------	-----------------

OTOC
Ordem dos Técnicos
Oficiais e Contas



[Handwritten signature]

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	-----------------	----------



[Handwritten signature]

Questão 47.:

É da exclusiva responsabilidade dos técnicos oficiais de contas inscritos na Ordem e enquanto membros efetivos desta:

- a) Emitir mensalmente as guias para pagamento das retenções de IRS.
- b) Submeter as declarações de informação fiscal e contabilística previstas na legislação em vigor.
- c) Preencher as declarações de rendimentos mensalmente (DRM).
- d) Submeter anualmente todos os anexos do relatório único e a IES.

Questão 48.:

João Maria é o técnico oficial de contas da ABC, Lda. desde Janeiro de 2015. Propôs que uma parte dos seus honorários fosse função do resultado líquido do período dessa sociedade: um valor de 2% a cobrar após a aprovação em assembleia geral da proposta de aplicação dos resultados da ABC, Lda, argumentando que a elevada qualidade do trabalho que desenvolve contribui muito para o êxito da empresa.

- a) A validade da proposta do João Maria depende exclusivamente do acordo entre este técnico oficial de contas e os gerentes da ABC, Lda.
- b) O EOTOC e o CDTOC são omissos quanto ao assunto objeto desta questão.
- c) A proposta do João Maria não respeita o que se dispõe no CDTOC e no EOTOC.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 49.:

- Maria Manuela é TOC e tem a inscrição na OTOC em vigor. Embora sempre tenha pago pontualmente as quotas à Ordem, não exerceu efetivamente a profissão nos últimos dois anos, por limitações familiares ligadas com a maternidade. Equaciona agora ceder a pontuação a um colega.
- a) A pontuação é transmissível quando o TOC exerce a atividade através de uma sociedade de profissionais, mas não se exerce a atividade através de uma sociedade de contabilidade.
 - b) A pontuação de um TOC é intransmissível em qualquer circunstância.
 - c) A pontuação nunca é transmissível quando o TOC presta serviços como trabalhador dependente.
 - d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	03 outubro 2015	VERSÃO C
---	------------------------	-----------------

Questão 50.:

Elizete Silva é técnica oficial de contas da SSS, Lda, desde 1 de janeiro de 2011. O gerente desta sociedade está confundido quanto às possibilidades da TOC representar a sociedade em juízo e fora dele. Daqui para o futuro gostaria que Elizete Silva representasse a SSS,Lda, quer judicialmente, quer junto da Segurança Social e também junto da Autoridade Tributária e Aduaneira. Elizete Silva tratou de esclarecer a sua cliente de imediato.

Enquanto TOC da SSS, Lda, Elizete Silva poderá:

- a) Delegar a entrega da IES num colega TOC, alegando por escrito o motivo de doença.
- b) Entregar a declaração modelo 22 fora de prazo, desde que o atraso não ultrapasse 60 dias e seja apresentada justificação com atestado médico.

- c) Representar judicialmente esta sociedade nos processos fiscais.

- d) Representar esta sociedade no procedimento gracioso tributário.